

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO IFPE CAMPUS PESQUEIRA: UM PEQUENO PASSO PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Autor: Alaíde Maria Bezerra Cavalcanti, *Instituto Federal de Pernambuco*,
alaide.cavalcanti@hotmail.com;

Coautor: Ronny Diogenes de Menezes, *Instituto Federal de Pernambuco*, *ronny.diogenes@hotmail.com*.

Resumo:

Esse Relato de Experiência objetiva analisar a efetivação do direito das pessoas surdas à educação profissional e tecnológica tomando-se como referência o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco. A partir da experiência de inclusão de pessoas surdas no Campus Pesqueira vem sendo construído um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade e permanência na instituição a fim de proporcionar o debate e a reflexão em torno da educação dos surdos e as atuais condições de inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de educação. Após a entrada do primeiro aluno surdo no referido campus, foi necessário que fossem tomadas medidas para a que esse estudante pudesse participar de todas as atividades acadêmicas. Assim, foram promovidos cursos de formação em Libras para os alunos, professores, técnicos e comunidade externar. Além disso, a gestão do campus enfrentou o desafio de providenciar um intérprete de Libras para acompanhar o aluno durante as atividades escolares. Todo esse trabalho culminou na recente formatura do estudante no curso técnico em edificações. Por fim, esse relato pretende estimular a reflexão acerca das necessidades dos surdos no processo educativo, proporcionando um melhoramento das práticas inclusivas na rede federal de educação profissional técnica e tecnológica. O desafio da prática da Educação inclusiva é constante e vai além do acesso à escolarização formal, perpassando das barreiras inconscientes em relação à pessoa com deficiência, a partir da compreensão de que cada sujeito é único e que sua autonomia deve ser respeitada, a efetivação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Palavras chaves: Pessoa com deficiência, inclusão, educação.

Introdução

A inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino é um processo complexo que implica na quebra de barreiras atitudinais, de comunicação e arquitetônicas, além de incidir diretamente no investimento em tecnologias assistivas. A partir da universalização do direito à educação no Brasil e da compreensão de que este é dever do Estado, conforme assegura a Constituição Federal de 1988:



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2004, p. 5).

A inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades do sistema educacional é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº9394 de 20 de dezembro de 1996 e pela Lei de Inclusão aprovada em julho de 2016 em seu IV Capítulo que indica que é dever das instituições de ensino prover o ensino para todos, respondendo à diversidade humana, sem qualquer tipo de discriminação e garantindo educação de qualidade a pessoa com deficiência.

No Brasil, de acordo com o Censo de 2010 existem 3.994.178 pessoas com deficiência, em idade escolar e dessas 78.8% em escolas comuns de acordo com informações do Observatório do PNE de 2014. Nesse mesmo ano, haviam registros de 262.131 alunos com surdez somente na região nordeste. Diante desses números, o trabalho dos Núcleos de apoio às pessoas com necessidades especiais (NAPNES) nos Institutos Federais tornou-se cada vez mais necessário, acompanhando esses estudantes desde o processo seletivo.

As pessoas surdas têm o desejo de estudar. Sacks (2010) fala da aflição de um jovem surdo chamado Joseph, ele ansiava comunicar-se, tanto que ao chegar o momento de sair da escola o seu desespero era evidente. Como Sacks (2010) bem colocou “ ir para casa, para ele, significava voltar ao silêncio, retornar a um vácuo de comunicação”. O jovem Joseph retrata bem o sentimento de grande parte dos surdos, pois a escola é um ambiente de refúgio onde eles podem comunicar-se e aprender e não ser um “ninguém” (SACKS,2010).

Existe hoje uma preocupação em incluir o surdo no sistema regular de ensino, e isso proporcionará a oportunidade aos surdos e ouvintes de conviver com as diferenças. Uma prova dessa preocupação é o aumento de concursos públicos para a contratação de intérpretes de Libras, a exemplo do Concurso para Técnicos Administrativos realizado em 2016 pelo IFPE, prevendo a contratação de 10 futuros servidores, dos quais 5 tiveram contratação imediata.

Além das contratações de profissionais, também é necessário realizar a quebra de barreiras atitudinais através da sensibilização da comunidade acadêmica e ainda das barreiras



de comunicação. Para isso, podem ser ofertados cursos de formação continuada em Libras para os profissionais da educação entenderem as especificidades desse público, conforme orientação do Artigo 30 da Lei nº 13.146.

Contudo para que o processo de inclusão se efetive, a contratação de intérpretes de Libras não basta. Todos os setores de uma instituição de ensino precisam estar cientes das necessidades específicas desse público a fim de contribuir para que os alunos surdos possam se desenvolver educacionalmente em iguais condições aos demais alunos, ultrapassando principalmente a barreira comunicacional. Com isso em mente, o objetivo deste relato é apresentar as ações desenvolvidas no Instituto Federal de Pernambuco, campus Pesqueira, após a efetivação da matrícula do primeiro aluno surdo dessa instituição.

Metodologia

A rede federal de educação profissional e tecnológica, é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal (MEC, 2016). Dentro desse universo, milhares de estudantes têm a oportunidade de se qualificar profissionalmente e assim ingressar no mercado de trabalho. Segundo o Ministério da Educação:

Os Institutos Federais são instituições que atuam na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (MEC, 2016).

Levando isso em conta podemos afirmar que não pode haver um desenvolvimento socioeconômico sem a participação de todos os setores da sociedade, e, como tratado na seção anterior, uma parte da nossa sociedade é estigmatizada e conseqüentemente excluída, as pessoas surdas. Assim, a rede federal de educação profissional e tecnológica pode contribuir para que haja uma maior aproximação social entre pessoas surdas e ouvintes.

Com o objetivo de preparar Institutos Federais de Educação foi criado pelo Governo Federal o TECNEP (Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com



Necessidades Educacionais Específicas), que visava à inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito educacional, profissional e produtivo.

Como parte desse processo de inclusão em seguida foram criados os NAPNES, conforme relatado por Cavalcanti (2010), que tem a função de articular ações do Programa TEC NEP no âmbito interno e externo das Instituições Federais de Educação Tecnológica, visando sua inserção através do atendimento especializado dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, no segundo semestre do ano 2011, o campus Pesqueira foi informado que um aluno surdo havia sido aprovado no curso técnico integrado de edificações. Esse fato mobilizou, imediatamente, a coordenação do NAPNE a providenciar meios para que esse estudante pudesse ter seus direitos atendidos durante sua vida escolar no IFPE (QUADROS, 2004).

O primeiro desafio enfrentado foi a contratação de intérprete de Libras, pois o processo para abertura de um certame é complexo e nesse momento o MEC ainda não havia liberado vagas para um profissional dessa área. Desta maneira duas medidas foram tomadas, a primeira foi articular a seleção de um aluno bolsista de nível superior para acompanhar esse aluno. Essa medida emergencial se tornou necessária, pois não haveria tempo hábil entre o início das aulas e a abertura e provimento do no cargo do intérprete de Libras. Em seguida foi providenciado um termo de cooperação entre a prefeitura municipal e Pesqueira e o IFPE, no qual a prefeitura contratou um intérprete e esse desempenhou suas funções junto ao aluno surdo no campus.

Somente em 2013 foi aberto um concurso público que por fim culminou na contratação de intérpretes de Libras para todo o IFPE, assim no primeiro semestre de 2014 o primeiro TILSP efetivo do campus entrou em exercício.

Durante o primeiro semestre de aulas do aluno surdo, foi organizado um curso básico de Libras para os colegas de classe deste estudante. Durante o curso os participantes puderam conhecer a cultura surda e aprender estratégias de comunicação com surdos. O aluno surdo participou da maioria dessas aulas, esse fato potencializou o ensino da língua e proporcionou a oportunidade de uma comunicação com um usuário da língua.

O IFPE campus Pesqueira vem buscando implementar uma política de inclusão social e educacional por meio de cursos, palestras e eventos. O primeiro evento na área aconteceu

em 2011 e foi realizado em comemoração à semana da pessoa com deficiência. Esse evento buscou incentivar os servidores e comunidade a buscarem formações específicas para auxiliar as pessoas com deficiência.

No ano seguinte houve a segunda versão desse evento, que teve por tema a seguinte frase: Ser diferente é normal. Com isso, em todas as palestras minicursos do evento foi enfatizado que a diferença não é uma deficiência. Em 2013 o evento foi novamente realizado, porém foram incluídas palestras que também abordassem a temática da diversidade sexual dentro da escola. Esse foi um importante passo para que em 2014 houvesse o I encontro de educação inclusiva e diversidade do IFPE Pesqueira. A partir desse evento, buscou-se apresentar a necessidade da inclusão e do respeito às pessoas com deficiência e também a diversidade racial, religiosa e sexual.

Em todos esses eventos tivemos uma participação ativa da comunidade escolar da região. Associações representativas das pessoas com deficiência sempre se fizeram presentes no evento, incluindo também órgãos como o INES (Instituto nacional de educação de surdos), SEAD (Superintendência de Apoio à Pessoa com deficiência) e o IBC (Instituto Benjamin Constant).

Mesmo antes da entrada desse aluno, já eram oferecidos cursos de Libras para a comunidade acadêmica do campus. Essa medida contribuiu para criar no IFPE uma expectativa para a entrada de possíveis alunos surdos. Durante esses cursos, participaram alunos, professores e técnicos da instituição.

Resultados e Discussão

A inserção no IFPE de pessoas com deficiência iniciada no Campus Pesqueira através da processo de inclusão das pessoas surdas aconteceu através de várias medidas que foram tomadas a partir do levantamento da existência de estudantes com deficiência (CAVALCANTI, 2010).

Nesta pesquisa realizada em 2010, nenhum aluno declarou ser deficiente auditivo, o que nos causou estranheza uma vez que conforme argumenta Nadal (2010):

O fato é que o número de pessoas surdas matriculadas nas escolas regulares não para de crescer. Segundo os dados



do Censo Escolar de 2009, mais de 40 mil alunos com algum tipo de deficiência auditiva - surdez total, perda parcial da audição ou surdocegueira - estão nas classes regulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, o que representa 65% dos estudantes com deficiência auditiva do país. E é preciso encontrar meios eficazes para incluir esses alunos e garantir a aprendizagem em todos os segmentos.

Apesar disso, foi providenciado que os servidores deste campus recebessem formação específica para atender as pessoas surdas, em cumprimento do Decreto 5.626 12/05. Duas turmas foram iniciadas, dentre os inscritos havia alunos e servidores. Com a conclusão destas turmas o campus Pesqueira se adequou ao Decreto 5.626, que exige que no mínimo 5% dos servidores sejam capacitados para o uso da Libras. Entretanto isto não era suficiente para que os futuros estudantes surdos vivenciassem a inclusão.

De forma às vezes inconsciente o sistema educacional reproduz o ouvintismo por formar professores que estudam, preparam suas aulas, e avaliações, tendo em vista os ouvintes, impossibilitando assim o entendimento das diferenças da língua e cultura surdas. Por isso, percebeu-se que muitos problemas poderiam ser evitados com essas medidas, pois infelizmente existe a cultura do “ouvintismo” que significa encarar o ouvinte como superior entendendo que o melhor para o surdo é ser ouvinte (PERLIN, 2011).

Assim, a cada semestre foram abertas duas turmas com 30 vagas cada uma para alunos e comunidade, tornando-se este curso de extensão o mais concorrido do campus. Para estimular a pesquisa da Libras foi criado o projeto "Atlas em Libras das principais cidades de Pernambuco" que consiste em um web site com informações culturais e geográficas bem como os sinais das principais cidades do estado (MENEZES, 2011). Além disto para que o pensamento inclusivo fosse arraigado no campus a coordenação do NAPNE decidiu criar a Semana da Pessoa com deficiência no IFPE Pesqueira. Neste evento foram ministradas palestras e oficinas que ajudaram a promover um pensamento inclusivo nos participantes, sendo que vários surdos estiveram presentes nestes momentos e alunos do próprio campus atuaram como intérpretes no evento.

Como parte do evento foi feito uma campanha nas escolas do ensino fundamental em que haviam surdos matriculados, nestes momentos eram expostos os cursos e as possibilidades de emprego provenientes destas profissões. Durante a semana da pessoa com



deficiência alguns surdos foram até o campus sendo recebidos pelo professor de Libras, o qual apresentou as instalações e os laboratórios.

Como consequência das ações realizadas, sete surdos se inscreveram no vestibular para o curso técnico integrado de edificações, mas somente um foi aprovado. Com a confirmação da aprovação do primeiro candidato surdo, a coordenação do NAPNE, prevendo possíveis dificuldades metodológicas e avaliativas no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, providenciou que na reunião pedagógica houvesse a oportunidade de reflexão a respeito das especificidades dos surdos.

No início do ano letivo 2012.1 foi providenciado que a turma que receberia o aluno surdo participasse de um curso de 30 horas para a comunicação em nível básico em Libras e assim a comunicação entre colegas não fosse afetada. A aceitação da turma ao curso foi quase unânime. Os colegas de classe passaram a estudar como comunicar-se utilizando a Libras, os classificadores, os tipos de verbos, os advérbios e pronomes de uma maneira funcional e dialógica, sendo incluído também informações sobre a identidades e cultura surda.

Para além do trabalho com a turma e professores, o estudante foi inserido nos programas sociais da instituição o que estimulou sua permanência na instituição e proporcionou que o estudante tivesse acompanhamento da equipe multiprofissional.

O processo de inclusão da pessoa surda nas instituições da rede federal esbarram na dificuldade de contratação de profissionais, uma vez que com a existência dos códigos de vaga, respaldando-se pelo parecer da AGU 01/2015 a contratação deve ser feita através de concurso público, o que torna o processo mais moroso.

Outro entrave, apontado ao longo da vivência é que o estudante apresentou algumas dificuldades nos componentes curriculares física, química, português, matemática e inglês (TAVARES & OLIVEIRA, 2014) que culminaram na reprovação e mudança de período, o que teve como resultado a mudança de turno do estudante e a conclusão do concurso posteriormente a sua turma de origem.

Em relação a parte prática do curso de Edificações, observou-se a dificuldade de inserção do estudante no mercado de trabalho através do estágio, que foi justificada pelas instituições parceiras através da barreira comunicacional. Diante dessa problemática foi criada



a estratégia de ofertar estágio supervisionado no próprio campus com o acompanhamento do intérprete de Libras, o que proporcionará a conclusão da formação mas deixa em nós a inquietação sobre a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Dessa feita, percebe-se que a inclusão realmente acontece quando o Estado viabiliza as adaptações estruturais necessárias para que as pessoas com deficiência tenham condições dignas de acesso e permanência e ainda quando a comunidade acadêmica, a sociedade ultrapassa suas barreiras atitudinais.

Conclusões

O processo de inclusão da pessoa surda nos Institutos Federais, principalmente no IFPE campus Pesqueira, através da perspectiva da Educação Inclusiva precisa ultrapassar barreiras atitudinais que a escola regular já vem superando com o Atendimento Escolar Especializado e com o incentivo a formação de toda comunidade acadêmica desde a década de 90.

A análise de Carmadelo, realizada em 1994, sobre as contradições do que está posto em lei e as contradições da marginalização educacional ainda é vigente na atualidade:

Na realidade, enfrentamos a marginalização educacional de uma grande parte da população brasileira, mesmo com o amparo legal que diz respeito à educação é direito de todos. Estamos diante de uma contradição: estão previstas, constitucionalmente, chances iguais por intermédio da educação, mas a realidade é que a grande maioria da população está esmagada sob um processo de elitização (CARMADELO, 1994, p.149).

Como vimos, muito precisa ser superado, a Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015 reafirma o compromisso com a escolarização formal das pessoas com deficiência e a partir da mesma, esperamos que as práticas relacionadas a educação inclusiva tornem-se efetivas em todas as modalidades de ensino.

O desafio da prática da Educação inclusiva é constante e vai além do acesso à escolarização formal, perpassando das barreiras inconscientes em relação à pessoa com deficiência, a partir da compreensão de que cada sujeito é único e que sua autonomia deve ser respeitada, a efetivação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Referências

Associação dos Deficientes das Forças Armadas. As Barreiras Invisíveis da Integração. Lisboa: 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. Revista Quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 46, ano 15, dez.1994, p. 138-162.

TAVARES, Fabiana S.S. Educação Não Inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012

TAVARES, K. C. A.; OLIVEIRA, A. P. P. "Libras" (Brazilian Sign Language) in the Technology-Mediated Teaching of English: Challenges and Possibilities. Rev. bras. linguist. apl., Belo Horizonte , v. 14, n. 4, p. 1045-1072, dez. 2014 . Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820145631>>. acessos em 21 set. 2016.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília : MEC ; SEESP, 2004.